AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

A Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia: Uma análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos em Instituições Públicas da Grande Florianópolis[1]

Samila Alves de Oliveira[2]
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Brasil
https://orcid.org/0009-0008-2199-8128

Paula Alves de Aguiar[3]
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Brasil
https://orcid.org/0000-0003-0776-9472

Resumo: Este trabalho objetivou investigar como a Educação Ambiental (EA) é contemplada nos cursos de Pedagogia oferecidos por instituições públicas da região metropolitana de Florianópolis, em Santa Catarina. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), ementas e grades curriculares das seguintes instituições: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). O estudo buscou entender como essas instituições inserem a EA em seus currículos, verificando se essa temática é tratada como componente obrigatório, optativo ou por meio de atividades transversais. A análise está amparada em legislações e diretrizes, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, e discute a importância da formação de pedagogos aptos a integrar a EA em suas práticas pedagógicas. Partiu-se do pressuposto que a presença da EA nos currículos de formação docente é fundamental para promover uma consciência ambiental ampla e significativa. Os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de um olhar crítico sobre a presença e a efetividade da EA nos currículos dos cursos de pedagogia analisados, evidenciando diferenças entre as instituições quanto à presença explícita da temática nos PPCs e à forma como ela é integrada ao currículo.
Palavras-chave: Educação Ambiental. Currículo. Formação de Professores. Pedagogia.

La Educación Ambiental en los cursos de Pedagogía: Un análisis de los Proyectos Pedagógicos de Cursos en Instituciones Públicas de la Gran Florianópolis

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo investigar cómo se contempla la Educación Ambiental (EA) en los cursos de Pedagogía ofrecidos por instituciones públicas de la región metropolitana de Florianópolis, en Santa Catarina. La investigación utilizó un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental de Proyectos Pedagógicos de Curso (PPCs), programas y planes de estudio de las siguientes

[1] Recebido em: 03/07/2025. Aprovado em: 16/09/2026.
[2] Licenciada em Química e especialista em Educação Ambiental pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Mestranda em Química pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora de Química na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC). E-mail: 723609@profe.sed.sc.gov.br.
[3] Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares pela Faculdades Integradas Univest (FACVEST) e licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus São José, Departamento de Cultura Geral. E-mail: paula.aguiar@ifsc.edu.br.

instituciones: Universidad del Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Santa Catarina (IFSC) y Facultad Municipal de Palhoça (FMP). El estudio buscó entender cómo estas instituciones integran la EA en sus currículos, verificando si esta temática se trata como un componente obligatorio, optativo o a través de actividades transversales.El análisis se basa en legislaciones y directrices, como la Política Nacional de Educación Ambiental (Ley nº 9.795/99) y las Directrices Curriculares Nacionales, y discute la importancia de la formación de pedagogos capacitados para integrar la EA en sus prácticas pedagógicas. Se partió del supuesto de que la presencia de la EA en los planes de formación docente es fundamental para promover una conciencia ambiental amplia y significativa. Los resultados de esta investigación indican la necesidad de una mirada crítica sobre la presencia y la efectividad de la EA en los currículos de los cursos de pedagogía analizados, evidenciando diferencias entre las instituciones en cuanto a la presencia explícita del tema en los PPC y la forma en que se integra al currículo.
Palabras clave: Educación Ambiental. Currículo. Formación de Profesores. Pedagogía.

Environmental Education in Pedagogy courses: An analysis of the Pedagogical Course Projects in Public Institutions of Greater Florianópolis

Abstract: This work aimed to investigate how Environmental Education (EE) is included in the Pedagogy courses offered by public institutions in the metropolitan area of Florianópolis, Santa Catarina. The research used a qualitative approach, based on the documentary analysis of Pedagogical Course Projects (PCPs), syllabi, and curricular grids of the following institutions: State University of Santa Catarina (UDESC), Federal University of Santa Catarina (UFSC), Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina (IFSC), and Municipal College of Palhoça (FMP). The study sought to understand how these institutions incorporate EE into their curricula, checking whether this topic is addressed as a mandatory, optional component or through transversal activities. The analysis is supported by legislation and guidelines, such as the National Policy on Environmental Education (Law No. 9,795/99) and the National Curriculum Guidelines, and discusses the importance of training.educators capable of integrating Environmental Education (EE) into their pedagogical practices. It was assumed that the presence of environmental education (EE) in teacher training curricula is essential for promoting a broad and meaningful environmental awareness. The results of this research indicate the need for a critical look at the presence and effectiveness of EE in the pedagogy course curricula analyzed, highlighting differences between institutions regarding the explicit inclusion of the topic in the PPCs and the way it is integrated into the curriculum.
Keywords: Environmental Education. Curriculum. Teacher Training. Pedagogy.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender como é contemplada a Educação Ambiental (EA) nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Pedagogia, ofertados por diferentes instituições de ensino público da região metropolitana da grande Florianópolis. Os PPCs analisados são das seguintes instituições: Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e Faculdade Municipal de Palhoça (FMP).

A escolha dessas instituições considerou seu caráter público, sua inserção na região metropolitana da Grande Florianópolis e a oferta de cursos de Pedagogia com diferentes perfis institucionais. Esse recorte possibilita observar como a EA é incorporada em propostas formativas distintas, considerando suas especificidades

curriculares e institucionais. Por meio da análise documental, verificou-se o PPC de cada curso, abrangendo detalhadamente suas Ementas e Grades Curriculares. Este trabalho consiste no estudo sobre como estas instituições fomentam a EA, ao longo do processo formativo do pedagogo, segundo seus PPCs.

Segundo Sacristán (2000) currículo é amplo e vai além de uma simples lista de disciplinas ou conteúdos a serem ensinados. Ele envolve um conjunto de experiências de aprendizagem planejadas e organizadas por instituições educacionais, com o objetivo de formar cidadãos e profissionais que atendam às demandas sociais, culturais e econômicas de uma sociedade (Sacristán, 2000).

De acordo com as diretrizes da Base Comum Curricular Nacional para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, 2019), essa formação deve garantir conhecimento pedagógico sólido, práticas de ensino eficazes, compromisso com a equidade e inclusão, além do engajamento com inovação e pesquisa. O pedagogo deve compreender os processos de ensino-aprendizagem, estudando teorias educacionais e psicológicas para desenvolver estratégias que facilitem a aprendizagem, sempre considerando o desenvolvimento humano.

Além disso, ele é capacitado para a docência, aprendendo a planejar, executar e avaliar práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos, com base em metodologias inovadoras. Nesse sentido, a educação não pode ser vista como um ato mecânico de transmissão de conhecimento, mas sim como um processo de transformação e conscientização, como defende Freire (1987), ao enfatizar que o aprendizado deve ser dialógico e permitir a construção do conhecimento a partir da realidade e experiência dos estudantes.

A aproximação com Freire, neste estudo, não significa tomá-lo como autor específico do campo da EA, mas como referência para compreender a educação como prática crítica, dialógica e transformadora. Essa perspectiva contribui para analisar se a presença da EA nos PPCs ultrapassa a transmissão de informações e favorece a reflexão sobre as relações entre sociedade, educação e ambiente.

Outro aspecto essencial da formação é a preparação para atuar na gestão e coordenação pedagógica, permitindo que o profissional desenvolva projetos educacionais e estratégias para aprimorar o ambiente escolar. A educação inclusiva também é um ponto central, conforme a Diretriz 3 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Formação e Educação para todos e todas -, garantindo que o pedagogo esteja

preparado para lidar com a diversidade cultural, social e cognitiva dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas acessíveis a todos.

A pesquisa e a inovação educacional também são incentivadas na formação do pedagogo, estimulando a investigação acadêmica, o uso de novas tecnologias e o desenvolvimento de práticas pedagógicas baseadas em evidências. Além do ambiente escolar, o pedagogo pode atuar em diferentes espaços educativos, como empresas, Organizações não Governamentais (ONGs) e hospitais, desenvolvendo projetos sociais e contribuindo para a educação em contextos variados.

Para Freire (1987), a prática educativa deve ser indissociável da pesquisa e da reflexão, pois ensinar exige compreender a realidade e transformá-la constantemente. Dessa forma, a formação do pedagogo deve garantir não apenas a qualidade do ensino, mas também promover a conscientização ambiental e o desenvolvimento de um currículo que favoreça práticas sustentáveis e críticas. E como as instituições demonstram ou não esses interesse em seus currículos? Esse é um questionamento pertinente no que diz respeito ao processo formativo desses profissionais. Silva (2005, p. 15), ressalta que:

> Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, na nossa identidade, na nossa subjetividade.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o currículo não se limita à organização de conteúdos, mas participa diretamente da formação dos sujeitos e de suas identidades. Como o currículo é um espaço que constrói a identidade e a subjetividade dos futuros educadores, a inclusão da EA nos PPCs nos dá indícios sobre como as instituições percebem a relevância desse tema para a pedagogia. Destaca-se que esse debate não apenas forma conhecimentos, mas também transforma atitudes e valores em relação ao meio ambiente.

Quando falamos em EA, estamos tratando de um campo amplo, que engloba diferentes vertentes, voltadas ao ser humano e sua relação com o meio em que vive. Araújo (2012), traduz bem a ideia de que essas relações ultrapassam a barreira de pensar apenas no meio ambiente, em que a formação ambiental, em seu sentido amplo, extrapola o conceito de ambiente restrito à concepção apenas física para abranger aspectos oriundos da construção do ser humano, sejam eles sociais, econômicos,

publicitários, culturais ou políticos.

Nesse sentido, a EA constitui um campo de caráter plural e interdisciplinar, no qual diferentes concepções disputam sentidos sobre ambiente, sociedade e educação. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo ser integrada de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto no contexto formal quanto no não-formal.

Isso implica em sua presença abrangente em todos os níveis de formação acadêmica. Como ressalta Reigota (1998, p. 28), "a educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar aos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios". Essa visão reforça a ideia de que a verdadeira EA promove uma formação integral que capacita o indivíduo a tomar decisões autônomas e responsáveis, fundamentadas em princípios éticos e sustentáveis.

Embora a EA esteja prevista em diretrizes e conte com bases teóricas sólidas, sua efetivação nos currículos ainda enfrenta desafios. Muitas vezes, sua abordagem ocorre de forma fragmentada, dependendo da formação dos professores e do compromisso das políticas educacionais. Assim, apesar do amparo normativo, sua aplicação nem sempre é assegurada de maneira contínua e integrada ao processo formativo. Podemos citar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior e para a formação docente continuada, de forma bem específica e direcionada quando se fala-se em formação docente.

O capítulo IV da [4]Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, Art. 12º, inciso II, reafirma que "os profissionais dos cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior devem estar aptos a demonstrar consciência ambiental-ecológica em suas ações profissionais." (Brasil, 2015). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, definem que a EA deve se "efetivar em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino,

[4] A Resolução CNE/CP nº 02, de 2015, tem um papel importante ao estabelecer a educação ambiental como um tema transversal e fundamental na formação dos professores, exigindo que as questões ambientais sejam integradas de forma crítica e interdisciplinar ao currículo. Embora a Resolução CNE/CP nº 4/2024 traga atualizações e amplie diretrizes relacionadas à formação docente, a resolução de 2015 permanece significativa por sua ênfase explícita e detalhada na educação ambiental. Ela defende a temática como obrigatória na formação de professores, assegurando que os futuros educadores sejam capacitados para lidar com desafios socioambientais de maneira reflexiva e transformadora.

de forma articulada às universidades e às instituições formadoras de profissionais da educação, tanto na formação inicial quanto na continuada" (Brasil, 2012).

Cabe citar também a Resolução CNE/CP nº 2, que referenda a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), definida como sétima competência docente o desenvolvimento de argumentos com base na "consciência socioambiental, consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta" (Brasil, 2019, p. 11).

Com base em obras, como; *Pedagogia do oprimido(1987)* e *Política e educação(2001),* que trazem também a ideia de práxis educativa na articulação das dimensões da EA, na práxis transformadora, sendo um viés para compreender a importância da abrangência da EA na formação dos pedagogos, defende-se que a abrangência da EA nos cursos de formação de professores, visto que a maneira como se ensina o educador, reflete no ensino dos demais níveis. Exemplo desse reflexo está na educação básica, devido a ausência da temática ambiental nos cursos de formação docente.

> [...] Os educadores, em geral, não atribuem ao tema a devida importância, ou sentem-se despreparados para lidar com essas questões. Por conseguinte, a educação ambiental tem sido tratada de forma pontual, restringido-se às informações dos livros didáticos, às datas comemorativas e, em algumas escolas, ao plantio de hortas e à coleta seletiva do lixo. (Reis, 2003, p. 03)

Muitas vezes as discussões relacionadas à EA são colocadas de lado, ou são abordadas sob uma ótica simplista e ingênua, que reduz a EA a conteúdos ou até mesmo só projetos na estrutura curricular. Nesse contexto, este estudo buscou analisar como a EA está contemplada nos PPCs cursos de Pedagogia das instituições investigadas, identificando aproximações e distanciamentos em relação às diretrizes legais e à formação docente. Este trabalho, portanto, orienta-se em meio a este cenário de possíveis lacunas existentes e analisa o que já é posto em prática, visando contribuir com o campo de pesquisa acadêmico.

DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental. Essa abordagem permitiu uma investigação interpretativa e contextualizada dos materiais selecionados, considerando sua complexidade e as múltiplas dimensões

envolvidas no fenômeno em questão. Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa exige um envolvimento direto do pesquisador com os objetos de estudo, a fim de captar o fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e considerando diferentes pontos de vista.

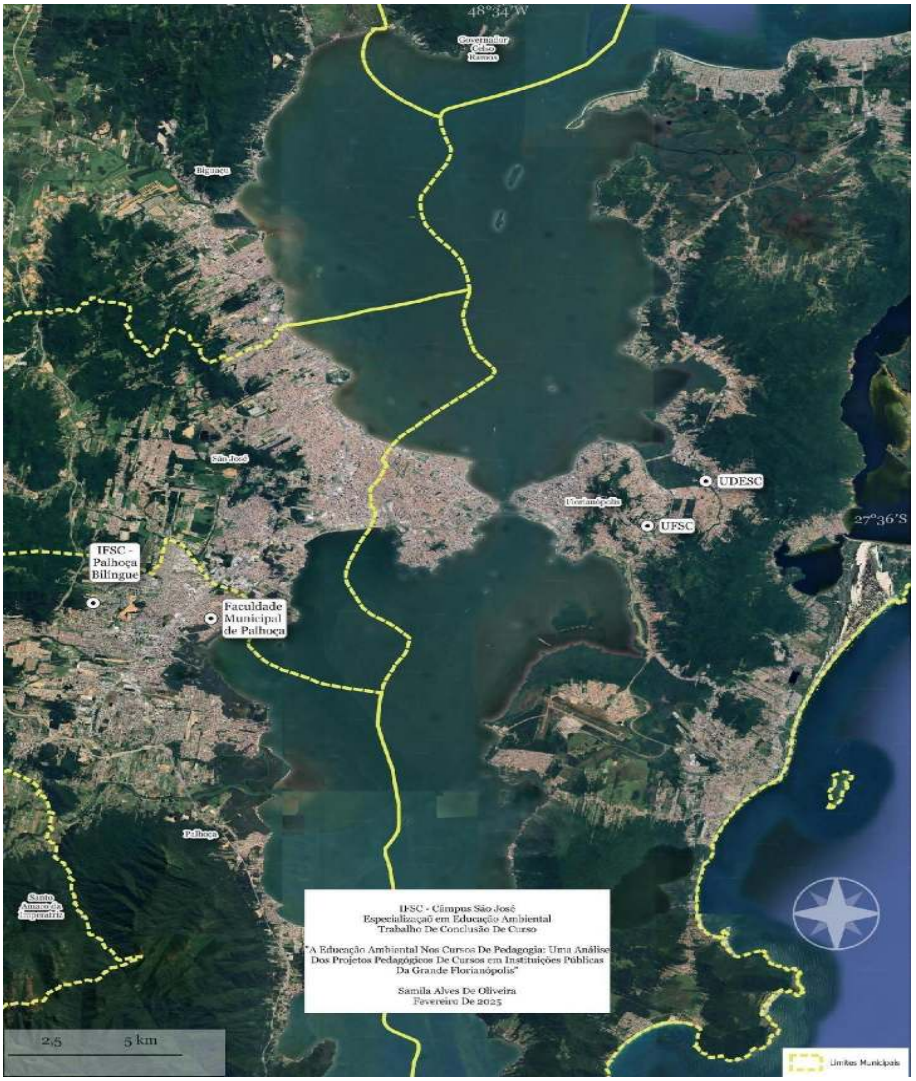
A escolha pela abordagem qualitativa é reforçada pelo contexto de Minayo et al. (2002, p. 22), que distingue claramente as duas abordagens de pesquisa: A diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

A análise documental não se caracteriza por uma mera coleta de dados, mas sim por um processo dinâmico em que o pesquisador, enquanto coleta as informações, vai elaborando suas percepções sobre o fenômeno. Como destaca Sarmento (2011), os documentos produzidos nas escolas e nas instituições de ensino superior oferecem uma riqueza de dados que nem sempre está disponível em outros contextos organizacionais.

As instituições investigadas estão localizadas na região metropolitana de Florianópolis - Santa Catarina, uma área geograficamente estratégica que concentra diversos centros de ensino superior. Conforme ilustrado na Figura 1, o recorte geográfico é importante, pois posiciona as instituições em dois campos diferentes, como os entornos da capital, com as instituições mais antigas, com forte influência dos meios e métodos tradicionais nas políticas educacionais. E em paralelo, o entorno de outro município, uma região mais afastada, que sedia instituições mais recentes.

A seleção das quatro instituições - UFSC, UDESC, IFSC e FMP - também se justifica pela possibilidade de aproximação entre diferentes configurações institucionais do ensino público superior: uma universidade federal, uma universidade estadual, um instituto federal e uma faculdade municipal. Assim, o recorte permite observar se a inserção da EA assume características semelhantes ou distintas conforme o contexto institucional e curricular.

Figura 1 - Recorte geográfico das instituições investigadas - UFSC, UDESC, IFSC e FMP.



Fonte: a própria autora, 2025.

O processo de localização dos PPCs foi bastante simples e direto, realizado exclusivamente por meio das plataformas digitais oficiais de cada instituição. A partir dos sites das universidades, os PPCs estavam claramente organizados nas páginas específicas de cada curso, o que facilitou o acesso imediato aos documentos. A abordagem teórica que orientou essa pesquisa foi pautada, principalmente, nas reflexões de autores que discutem a EA no contexto educacional. Reigota (1998) destaca a importância de uma EA que vá além do discurso e que envolva práticas concretas de ensino, promovendo a formação de indivíduos críticos, éticos e comprometidos com a sustentabilidade. O autor defende que a EA deve ser integrada de forma sistêmica ao currículo, tratando de questões ambientais de maneira interdisciplinar e contextualizada.

Além disso, a perspectiva de Freire (1996) sobre educação, que enfatiza a conscientização crítica, foi central para a análise da dimensão ética da EA e a abordagem freiriana oferece sustentação para compreender como os PPCs das instituições selecionadas buscam formar professores com uma visão crítica e ética sobre as questões ambientais. Assim, Freire é mobilizado neste estudo como referência da educação crítica e da práxis, em diálogo com autores específicos da EA, como Reigota, Dias e Tristão. Esse diálogo permite analisar não apenas a ocorrência de termos ambientais nos documentos, mas os sentidos atribuídos à EA e sua possível relação com uma formação crítica e transformadora.

A Importância da da Educação Ambiental na formação de Pedagogos: construindo conexões entre Educação e Meio Ambiente.

A EA vai muito além de ser apenas um componente curricular, ela representa uma necessidade intrínseca às relações humanas com o ambiente, abordando também as dimensões históricas e culturais desses vínculos. Segundo Reigota (1994, p. 21), a EA está profundamente conectada a conferências globais e aos movimentos sociais que, ao longo do tempo, têm buscado promover a conscientização e a transformação das práticas humanas em relação ao meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRASIL, 1992), conhecida como Eco-92 ou Rio-92, é um marco histórico e importante nessa luta, que foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O evento reuniu líderes mundiais para discutir questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental.

Um dos seus principais resultados foi um plano de ação global com diretrizes para promover o desenvolvimento sustentável, equilibrando aspectos sociais, econômicos e ambientais. A Agenda 21 aborda temas como combate à pobreza, gestão de recursos naturais, proteção da biodiversidade, EA e fortalecimento de instituições locais. Ao observar a relação entre a EA e o sujeito, enquanto educador, surge a necessidade de compreender como esses são preparados para dialogar com outros sujeitos sobre as diferentes necessidades que a práxis ambiental necessita para acontecer. Trata-se aqui, especificamente, dos pedagogos, que são profissionais educadores atuantes em todos os níveis docentes da educação.

A problemática de pesquisa se ampara sobre fortes bases, sobretudo no que diz respeito a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795 de 27 de abril de

1999, que além de afirmar que a EA deve estar presente em todos os níveis e modalidades, seja tanto em caráter formal, quanto no não-formal; também estabelece no Art. 11. que " A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.(BRASIL, 1999, p. 12).

A EA requer uma abordagem transversal, pois suas premissas estão intrinsecamente ligadas à interdisciplinaridade e ao contexto sociocultural. Tristão (2004) destaca que não basta criar disciplinas isoladas sobre meio ambiente; é necessário transformar as práticas pedagógicas da instituição. A compreensão do meio ambiente deve permear o processo educativo, permitindo que os futuros professores articulem o ensino com as realidades vivenciadas pela comunidade. Essa compreensão é particularmente importante para esta pesquisa, pois a transversalidade pode aparecer nos PPCs apenas como princípio enunciado ou, de forma mais efetiva, materializar-se na organização curricular, nas ementas, nos projetos e nas experiências formativas. É essa diferença que orienta a comparação entre as instituições analisadas.

> Se adequadamente preparados, poderiam os professores, de maneira ativa, construtiva e participativa, verificar com seus alunos, por exemplo, o que já está sendo feito pelas indústrias e empresas para reduzir o impacto ambiental e o que ainda precisa ser feito, quais os procedimentos e ações efetivas para enfrentar os problemas detectados.(REIS, 2003, p. 3)

Assim a integração da EA nos cursos de Pedagogia deve ser vista como uma oportunidade de transformar não apenas o conteúdo do ensino, mas também suas práticas e valores. A abordagem curricular precisa considerar o meio como um todo: o ambiente físico, os recursos disponíveis, a formação docente e as relações interpessoais. Reigota (1994) argumenta que a EA é essencialmente política e educativa, pois trata da formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de agir em prol de uma sociedade sustentável.

A necessidade da abordagem da EA, estabelecendo discussões em todos os cursos lembrando do nosso foco de análise, o de pedagogia, norteia-se em vários documentos além da Política Nacional de Educação Ambiental, como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012), Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (2019) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada (2015). Além de tantos indicadores para a contemplação da EA nos currículos acadêmicos, também temos previsto na PNEA a sua prorrogação na formação docente atuante, Art. 11. parágrafo único, que diz:

> Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.(BRASIL,1999, p. 4)

Pensar na formação ambiental contemplada no curso, deve-se priorizar a necessidade de formar sujeitos conscientes da importância de trabalhar a EA, estendendo-se a todos os níveis de ensino, como é possível verificar na legislação que ampara a EA e a formação docente, destacada neste trabalho. A legislação que ampara a EA e a formação docente, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), enfatiza a importância da integração da EA em todos os níveis de ensino, reforçando a ideia de que essa formação deve ser contínua e articulada.

É coerente que a formação inicial dos pedagogos esteja alinhada a essas diretrizes, assegurando que os futuros educadores sejam não apenas capacitados com teorias e conceitos, mas também dotados das habilidades essenciais para aplicar e desenvolver projetos de EA em suas práticas pedagógicas. Pesquisas como os trabalhos desenvolvidos por Tristão (2004); Tozoni-Reis, Campos (2014); Teixeira, Agudo, Tozoni-Reis (2017); Araújo (2012); Guerra, Figueiredo (2014) e Motin et al. (2019), abordam em suas obras, diferentes olhares que dialogam as relações pautadas na formação docente e a EA, de modo que se estabelecem vertentes de uma EA baseada em caráter informativo, compreensivo e de transformação.

Em especial, pode-se citar o trabalho desenvolvido por Dantas e Araújo (2021), que discute a contribuição da proposta pedagógico-curricular do curso de Pedagogia na formação de pedagogos e pedagogas. Assim, considera-se que a análise apresenta um olhar atento sobre como se é contemplada a presença da EA na formação docente nos diferentes cursos, de acordo com seu documento norteador de ensino analisado, ou seja, o seu PPC. Compreendendo assim o que é abordado de fato na formação docente paralelo ao que se estabelece em lei, aplicado ao campo acadêmico, como pode ser visto ao longo do desenvolvimento teórico.

Nas próximas seções, serão analisados os PPCs dos cursos de Pedagogia oferecidos pela UFSC, UDESC, IFSC e FMP, com foco na forma como cada instituição integra a EA em suas propostas formativas. Essa análise contemplará as diretrizes curriculares, os objetivos educacionais e as estratégias pedagógicas presentes em cada PPC, buscando evidenciar as convergências, divergências e especificidades de cada

abordagem. Para sistematizar essa análise, foram estabelecidas categorias analíticas, apresentadas no Quadro 1, que orientaram a leitura e a análise dos PPCs investigados.

Quadro 1 - Categorias analíticas utilizadas na análise dos PPCs.

Categoria de análise	Aspectos observados
Presença da Educação Ambiental	Presença explícita, indireta ou transversal da Educação Ambiental no PPC.
Componentes curriculares	Existência de disciplinas obrigatórias e/ou optativas que abordem a temática ambiental.
Ementas das disciplinas	Identificação de conteúdos, objetivos ou metodologias relacionados à EA.
Projetos de ensino, pesquisa e extensão	Presença de ações, projetos ou programas institucionais voltados à EA.
Articulação com a legislação	Referências à PNEA, DCNs, BNC-Formação e demais documentos legais.
Perfil do egresso e formação docente	Competências, habilidades e indicadores relacionados à formação de professores para atuar com EA.

Fonte: a própria autora, 2025.

A análise considerou sete categorias: presença da EA; componentes curriculares; ementas; projetos de ensino, pesquisa e extensão; articulação com a legislação e perfil do egresso e formação docente. Essas categorias permitiram cotejar o conteúdo declarado nos documentos com as concepções de EA discutidas na literatura.

Integração da Educação Ambiental no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFSC

O Curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado no ano de 1960 e foi o primeiro curso do Estado, integrando o conjunto das seis faculdades da época (Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina, Engenharia, Serviço Social e Filosofia), que deram origem à UFSC, como é descrito no portal da instituição, na qual apresenta o curso e dispõe de todo o material utilizado na respectiva análise. O curso é estruturado para formar profissionais que atuarão na educação básica e em outras áreas do campo educativo, com foco em uma formação interdisciplinar e crítica, como afirma o perfil de egresso, descrito em seu PPC.

A graduação é oferecida no formato presencial, com duração de 9 semestres, e inclui uma série de experiências formativas, como estágios obrigatórios em diferentes contextos educacionais, que possibilitam a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Além disso, o curso culmina na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que permite ao aluno desenvolver uma pesquisa aprofundada sobre um tema relevante para a área da educação, consolidando sua formação acadêmica e contribuindo para a produção de conhecimento no campo pedagógico.

Ao analisar o documento que norteia o curso, o PPC, junto a ementa das disciplinas, observa-se que apesar do ajuste curricular, implantado a partir de 2021.2, a EA, apesar de ser um componente legalmente previsto pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), não aparece de maneira expressiva como um componente curricular central ou obrigatório ao longo das nove fases do curso. Considerando as categorias estabelecidas, essa presença é identificada principalmente nas ementas e componentes específicos, sem que a temática se apresente como eixo estruturante da organização curricular.

A EA não aparece explicitamente como componente curricular obrigatório nas disciplinas analisadas do PPC. No entanto, considerando o caráter transversal da temática previsto na legislação educacional, é possível que questões relacionadas à EA sejam abordadas em disciplinas ligadas à *Sociologia, Filosofia, Didática ou Ciências*, que contemplam questões sociais e culturais mais amplas, embora essa abordagem não esteja explicitada nos documentos analisados. O curso fomenta a produção de conhecimento científico, com articulação entre as disciplinas voltadas à pesquisa bem como ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, ao Trabalho de conclusão de curso, e a uma linha que chamou muita atenção na análise: O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos – NADE.

As atividades do NADE são organizadas em diferentes modalidades, como ensino, pesquisa e extensão, podendo assumir diversos formatos, incluindo disciplinas, seminários, oficinas, atividades artístico-culturais e estudos desenvolvidos junto a grupos de pesquisa. Essas atividades são obrigatórias no formato atual do currículo, mas trata-se de um outro grupo, diferente das disciplinas classificadas como optativas. Dessa maneira, cada atividade deve ter um mínimo de 3 créditos,entre 3 e 15 estudantes matriculados para poder ser ofertada.

É importante salientar os aspectos de oferta de atividades do NADE, que variam

entre 4 e 7 por semestre, pois é a única linha que apresenta expressivamente a EA em sua estrutura, na componente curricular intitulada NADE - Ciências, Infância e Ensino (PCC 9h-a). Trata-se de um componente novo, inserido neste formato após as reformulações de currículo já citadas; e que possui uma descrição explícita em sua ementa do que se é abordado na componente:

> Apropriação de conceitos, recursos didáticos e metodologias de ensino das áreas das ciências da natureza voltadas à infância. Educação Ambiental e suas intersecções com o Ensino de Ciências e a infância. Desenvolvimento de atividades práticas de ensino de ciências voltadas à infância.(UFSC, 2020, p.28)

Essas atividades devem ser oferecidas por pelo menos dois semestres consecutivos, com preferência para horários unificados, embora haja flexibilidade para atender a diversidade de horários. Todavia, por se tratar de um componente de caráter não obrigatório em específico, o estudante de pedagogia pode não ter contato com ela ao longo de seu processo formativo, já que é livre para escolher outra opção.

Isso nos remete ao pensamento de Reigota (1994), de que a EA deve ultrapassar o conteúdo pontual e estar presente em todas as esferas de formação, preparando o educador para lidar com as complexas relações entre sociedade e meio ambiente. Embora o currículo de Pedagogia da UFSC, conforme o PCC, inclua a EA de maneira mais sutil ou camuflada, é importante considerar que sua presença, mesmo que indireta, pode oferecer possibilidades para a formação dos futuros pedagogos, caso seja abordada de forma crítica e integrada ao processo formativo.

A falta de uma disciplina específica de EA no curso de Pedagogia da UFSC, ou até mesmo da presença explícita em disciplinas regulares obrigatórias, considerando o papel formador desses profissionais, pode indicar uma lacuna no desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, a partir da análise do PPC e das ementas. Entretanto, essa análise documental não permite afirmar que a temática esteja ausente das práticas desenvolvidas no curso, uma vez que ela pode ser abordada de forma transversal, ainda que isso não esteja explicitado nos documentos analisados. Dessa forma, a ausência dessa explicitação pode representar uma perda significativa para formação de pedagogos que atuem como agentes de mudança na educação básica.

Dessa forma, embora a UFSC ofereça uma formação pedagógica sólida e alinhada com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a inserção da Educação Ambiental de maneira mais evidente e estruturada no projeto pedagógico de curso ainda demanda

avanços. Isso não significa que a temática não seja trabalhada ao longo da formação, mas que sua presença não se apresenta de forma explícita no PPC e nas ementas analisadas. Nesse sentido, o documento analisado apresenta uma distância entre o princípio da transversalidade previsto na legislação e sua explicitação na organização curricular, especialmente quando comparado às demais instituições É necessário um movimento para consolidá-la como um componente essencial na formação de futuros pedagogos, reconhecendo sua importância não apenas no âmbito das políticas públicas, mas também na prática educativa cotidiana.

Presença da Educação Ambiental no projeto pedagógico do curso de pedagogia da UDESC

O curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi criado com o objetivo de atender à crescente demanda por formação de professores e pedagogos no estado. Inserido no contexto da expansão do ensino superior público e do fortalecimento da educação básica no Brasil, o curso se estabeleceu como um espaço de excelência acadêmica, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional da região (UDESC, 2010).

Desde a sua fundação, o curso de Pedagogia da UDESC passou por diversas reformulações curriculares, acompanhando as mudanças na legislação educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Essas mudanças buscaram alinhar a formação dos pedagogos às necessidades contemporâneas, incluindo a incorporação de temáticas como Educação Inclusiva, Diversidade Cultural e Educação Ambiental.

No curso de Pedagogia da UDESC, estão inclusas nas disciplinas regulares e em suas ementas, diretamente, a temática ambiental. Assim, pode-se dizer que o curso busca desenvolver nos futuros professores uma compreensão crítica dos problemas ambientais e de suas implicações pedagógicas. Entre os conteúdos explorados estão: *Educação ambiental e qualidade de vida*, trabalhado na disciplina de *Ciências e Ensino*, sexta fase do curso. Ainda nessa fase do curso, na disciplina de *Geografia e Ensino*, sua ementa traz o estudo do *Meio ambiente, degradação ambiental e preservação*.

A presença da temática em mais de um componente curricular indica uma abordagem que pode assumir caráter transversal, embora, a partir da análise das ementas, sua inserção apareça vinculada principalmente a disciplinas específicas.

Assim, disciplinas como Ciências Naturais, Geografia e Ensino incluem discussões diretas sobre temas como desmatamento, mudanças climáticas e consumo consciente. Essa abordagem interdisciplinar atende aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apontam a EA como um tema transversal a ser trabalhado de forma articulada com os conteúdos escolares, evitando uma visão fragmentada. Entretanto, a análise das ementas não permite afirmar uma transversalidade efetivamente organizada, uma vez que sua explicitação permanece concentrada em componentes específicos.

Nesse sentido, a EA segundo Dias (2010) deve ultrapassar a dimensão informativa para constituir-se em um processo formativo, que contribua para a construção de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre os problemas ambientais e de intervir na transformação das práticas sociais. Assim, a presença de conteúdos relacionados à EA nas ementas, embora demonstre a inserção da temática na formação, não permite, por si só, afirmar que essa formação crítica seja efetivamente desenvolvida.

O pensamento reforça a ideia de que a EA não pode se limitar a transmitir informações sobre o meio ambiente. Assim, a formação docente e a integração dessas práticas educacionais são fundamentais para que os futuros profissionais se tornem agentes ativos na construção de um mundo mais sustentável. A abordagem da UDESC, ao integrar a EA nos projetos de extensão universitária, reflete a proposta de Reigota (1994), que vê a EA não apenas como um conjunto de conhecimentos sobre o meio ambiente, mas como um processo que visa transformar a consciência crítica dos indivíduos. Segundo Reigota (1994), a EA deve buscar uma formação que envolva a reflexão crítica e a ação, onde os sujeitos não apenas aprendem sobre o meio ambiente, mas também se tornam agentes ativos em sua transformação.

Os projetos de extensão da UDESC oferecem aos estudantes de Pedagogia a oportunidade de aplicar essa abordagem crítica na prática, em contextos como escolas e comunidades. Isso vai ao encontro do que Reigota (1994) propõe: a EA deve ser uma prática pedagógica que envolva todos os aspectos da vida do sujeito, estimulando a reflexão e a ação que, por sua vez, contribuem para a construção de um futuro mais sustentável e justo. Exemplos dessas atividades incluem oficinas educativas sobre reciclagem e redução de resíduos, projetos de hortas escolares e educação alimentar, e ações de sensibilização para a conservação da Mata Atlântica, bioma predominante em Santa Catarina.

De acordo com seu PPC, por meio dessas iniciativas, os futuros professores desenvolvem competências práticas e aprofundam sua relação com as questões socioambientais regionais, fortalecendo sua atuação profissional (UDESC, 2010). Como universidade estadual, a UDESC valoriza o contexto socioambiental de Santa Catarina em suas práticas pedagógicas. A Instituição de Ensino traduz em de PPC (UDESC, 2010) essa valorização do contexto regional como essencial para que os futuros pedagogos compreendam a importância de adaptar suas práticas pedagógicas às realidades locais.

A abordagem da EA no curso de Pedagogia da instituição está fundamentada em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que reforça a importância da formação integral dos alunos e do tratamento de temas sociais relevantes; a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que estabelece diretrizes para a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino; e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incorpora a sustentabilidade como uma competência geral da educação básica (UDESC, 2010).

Em seu PPC tem-se de forma contundente e enfatizada a presença da Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos (2005). Um documento orientador que organiza o currículo das escolas da rede pública estadual, oferecendo diretrizes pedagógicas para o ensino fundamental e médio. Essas questões presentes no PPC do curso de pedagogia da UDESC, corroboram com o afirmado por Sachs (2002, p. 34), sobre a sustentabilidade não ser apenas uma questão ambiental, mas um desafio político, social e econômico que exige uma abordagem integrada e inclusiva.

A partir da análise do Projeto Pedagógico do curso de pedagogia da UDESC, verifica-se que a EA é tratada no curso por meio de conteúdos, ementas e ações que evidenciam sua presença, embora sua organização curricular ainda esteja mais vinculada a componentes específicos do que a um eixo transversal explicitamente estruturado. Como disse Freire (1987, p. 58) “A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo.” Assim, ao implementar na formação do educador questões socioambientais, oportuniza-se formar indivíduos críticos, capazes de repensar atitudes, valores e práticas em relação ao meio ambiente e na educação como um todo.

Educação Ambiental no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia do IFSC: Integrando Conscientização e Inclusão na Formação Docente

O Curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma formação inovadora e essencial para o desenvolvimento de profissionais capacitados para atuar no contexto educacional bilíngue, especialmente em ambientes onde o ensino de surdos e a Libras (Língua Brasileira de Sinais) são componentes fundamentais. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI, 2020), o curso busca formar pedagogos com a capacidade de atuar no contexto inclusivo, garantindo a participação efetiva dos alunos surdos na educação, considerando suas especificidades e suas formas de comunicação.

A pedagogia bilíngue engloba o pensamento de Paulo Freire (1987), de que a educação é entendida como um processo de liberdade e transformação, em que educador e educando participam ativamente de uma relação dialógica. Para Freire (1987), o verdadeiro papel da educação não é apenas transmitir informações, mas promover o reconhecimento mútuo e o desenvolvimento crítico do educando. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), ele enfatiza que a educação deve ser uma prática de amor e coragem, onde ambos, educador e educando, se envolvem em uma jornada de aprendizagem e conscientização.

Ao longo da graduação, os estudantes têm acesso a uma formação sólida, que abrange desde a fundamentação teórica sobre a educação bilíngue até a aplicação prática de estratégias pedagógicas adaptadas à realidade dos surdos e suas famílias. O currículo integra disciplinas como Língua Brasileira de Sinais (Libras), estudos sobre a surdez, psicologia da educação, didática e tecnologias assistivas e abrange também a EA. A proposta pedagógica do curso é fundamentada na perspectiva de que a educação bilíngue não deve ser vista apenas como uma metodologia, mas como uma filosofia que respeita a identidade linguística e cultural dos surdos, promovendo uma educação que valorize a Libras como primeira língua e o português como segunda língua.

Neste contexto, conforme dialoga Santos (2018), a educação bilíngue é um movimento que assegura aos surdos o direito de acessar o conhecimento em sua língua natural, sem perder a capacidade de interagir com a comunidade ouvinte. E no que diz respeito a EA, o perfil de egresso do curso destaca que o egresso será capaz de "demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais,

religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras" (IFSC, 2016. p. 21).

De acordo com os documentos institucionais citados em seu PPC e as diretrizes curriculares nacionais, a EA não é apenas uma disciplina específica, mas um eixo transversal que permeia todo o processo formativo. Essa perspectiva está alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e ao Decreto n. 4.281 de 25/06/2002 – Trata da Política Nacional de Educação Ambiental, o que define a EA como "um componente essencial e permanente da educação nacional" e destaca a necessidade de integrar essa temática em todas as etapas e modalidades de ensino.

A ementa de uma disciplina desempenha um papel crucial na definição dos objetivos e conteúdos que guiarão o processo de ensino-aprendizagem. Ela reflete a proposta pedagógica do curso, estabelecendo a base para a construção do conhecimento. Nesse sentido, pode-se perceber como a ementa de disciplinas específicas, como *Representação e Leitura do Mundo pelas Ciências Naturais*, está alinhada com os princípios da EA.

A própria ementa destaca "A integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política" e "a educação ambiental de maneira integrada com pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade" (IFSC, 2016, p. 57). A EA desempenha um papel fundamental na formação crítica e reflexiva, estimulando a compreensão das complexas interações entre o ser humano e o meio ambiente. Segundo Reigota (1994), ela deve ser entendida como um processo político e educativo que promove uma relação equilibrada e sustentável com o meio ambiente, visando à transformação da sociedade.

No sétimo semestre, a disciplina *Libras: Didáticas e Metodologias para a Educação Infantil* aborda temas fundamentais para a formação dos alunos, com foco nas experiências que conectam a Língua Brasileira de Sinais à conscientização ambiental. Entre os conteúdos norteadores, destaca-se a abordagem de *"A Libras nas experiências propostas na Educação Infantil: conhecimento e cuidado de si, do outro, do ambiente; brincar e imaginar"* (IFSC, 2016, p. 76). Além disso, a ementa de *Representação e Leitura do Mundo pelas Ciências Naturais* inclui entre seus conteúdos o ensino de Ciências em Língua de Sinais, evidenciando a possibilidade de articulação entre a abordagem da EA e a especificidade linguística do curso.

Esse tema reflete o compromisso do curso com a formação de indivíduos

críticos, capazes de refletir sobre o cuidado com o meio ambiente e as relações interpessoais desde os primeiros anos de ensino. Como Freire (1987, p. 48) ressalta: “A educação que liberta é aquela que, ao ensinar, faz com que o educando se torne sujeito da própria história” .

Após a análise do PPC do curso percebe-se que a abordagem da EA no curso de Pedagogia Bilíngue do IFSC oferece uma proposta de integração mais explicitamente organizada entre diferentes dimensões formativas, articulando a EA, Ciências Naturais, sustentabilidade e especificidades da educação bilíngue. Como destaca Reigota (1994, p. 21), "a educação ambiental se relaciona com conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo", o que reforça a importância de uma formação que seja sensível às questões globais e locais, promovendo cidadãos comprometidos com a transformação ambiental e social.

Educação Ambiental na Formação de Pedagogos: A Abordagem Interdisciplinar do Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Faculdade Municipal de Palhoça

A Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) é uma instituição pública de ensino superior que se dedica à democratização do acesso à educação e ao desenvolvimento regional. Dentre os diversos cursos oferecidos, o curso de Pedagogia se destaca como uma formação essencial para aqueles que desejam contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e transformadora. Esse curso é fundamentado nos princípios pedagógicos de Freire (1996), que vê a educação como um "ato de libertação" e um "meio para a transformação social".

No PPC da instituição, evidencia-se essa perspectiva integrada da formação profissional. A FMP explicita que seu objetivo é formar "profissionais capazes e habilitados a interpretar as multifacetadas implicações de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental" (FMP, 2017, p. 16). A formação oferecida pela FMP busca ultrapassar os limites de uma abordagem fragmentada, promovendo uma visão holística que permita aos estudantes enxergarem as conexões entre as diversas esferas da vida e atuarem de maneira integrada para enfrentar os desafios globais.

Nesse contexto, a educação ambiental ocupa um papel central, apresentando-se no PPC não apenas como princípio formativo, mas também em elementos concretos da organização curricular, não como uma disciplina isolada ou secundária, mas como um princípio fundamental que atravessa todo o processo de formação acadêmica e cidadã.

Para a FMP (2017), sensibilizar os estudantes quanto à urgência das questões ambientais é parte essencial de sua missão educacional. Isso implica não apenas ensinar sobre os problemas ambientais em si, mas também destacar suas interconexões com as desigualdades sociais, a exclusão econômica e as fragilidades políticas, principalmente no que diz respeito às comunidades mais vulneráveis.

Considerando o modo como o município se desenvolve e é impactado, além de estabelecer conexões diretas com as redes públicas de ensino básico, o curso propõe uma inter-relação entre as temáticas abordadas em sala de aula e a realidade local. Essa abordagem integra os saberes adquiridos ao longo da formação, permitindo que os estudantes percebam as conexões entre teoria e prática, criando um ambiente de aprendizado que reflete e responde às necessidades sociais e educacionais do município.

A FMP tem integrado a EA de forma a materializá-la em seus projetos de extensão, promovendo uma abordagem interdisciplinar que articula a conscientização ecológica com a prática pedagógica. O projeto *Fruto do Conhecimento: A Praça, o Público, o Livro* é um exemplo concreto dessa integração, integrado ao currículo da instituição, representando uma atividade obrigatória presente na extensão curricular. Ele utiliza espaços públicos, como praças, para aproximar a comunidade do conhecimento, oferecendo atividades culturais e educativas, como a troca de livros e debates sobre questões ambientais. A proposta vai além da troca de saberes literários, conectando os participantes com a reflexão sobre a sustentabilidade e os desafios ambientais locais.

Esse projeto é uma oportunidade para os alunos de Pedagogia da FMP desenvolverem os conceitos de EA em uma realidade prática, permitindo que eles vivenciem o papel do educador como mediador de discussões e ações voltadas para a preservação ambiental. A matriz curricular do curso de Pedagogia da FMP, segundo o documento analisado, foi estruturada para garantir a integração das disciplinas ao longo dos períodos. Em especial, a disciplina obrigatória *Educação Sócio-Ambiental*, oferecida na oitava fase do curso, constitui um exemplo concreto dessa integração. Sua ementa abrange os seguintes conteúdos:

> Meio Ambiente, Ecologia e Sustentabilidade. A crise ambiental. Relação homem/natureza. Desenvolvimento sustentável. Direito Ambiental Brasileiro. Abordagens metodológicas e práticas de educação ambiental e para a sustentabilidade.(FMP, 2017, p. 127)

Essa proposta curricular pode ser relacionada com a perspetiva de Reigota (1998), pois reconhece a importância de uma educação que não apenas instrua, mas também forme cidadãos críticos, preparados para lidar com as complexas questões ambientais e sociais que constróem o mundo atual. Nesse caso, a relação entre o discurso institucional e a organização curricular torna-se mais evidente, pois a concepção de EA apresentada no PPC encontra correspondência em uma disciplina obrigatória e em atividades de extensão curricular.

A presença da EA na FMP evidencia-se não apenas como princípio declarado, mas também em sua organização curricular, especialmente pela disciplina obrigatória *Educação Sócio-Ambiental* e pela articulação com a extensão curricular obrigatória, como no projeto *Fruto do Conhecimento: A Praça, o Público, o Livro*. Nesse aspecto, a FMP apresenta maior correspondência entre o que seu PPC declara e os elementos efetivamente identificados nas categorias de análise.

Assim, de acordo com o PPC que norteia o curso, a formação oferecida pela FMP não se limita a ensinar teorias, mas busca construir uma educação que seja, de fato, transformadora (FMP, 2017). Ela prepara os alunos para atuarem como agentes de mudança, que compreendem a importância de um desenvolvimento sustentável, mas também reconhecem que a luta por um mundo mais justo e equilibrado envolve, sobretudo, a promoção de um olhar mais humano e sensível diante das adversidades, trabalhando a EA de forma direta no currículo e também transversal ao longo de todas as etapas do processo formativo do pedagogo. Segundo o PPC do curso, essa visão de educação, profundamente inspirada pelos princípios de Paulo Freire, busca transformar não apenas os indivíduos, mas também as comunidades, e até mesmo o mundo ao nosso redor.

Considerações finais

Ao analisar os PPCs de Pedagogia ofertados pelas instituições públicas de ensino superior da região metropolitana da Grande Florianópolis, Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) - em relação à presença da EA em seus PPCs, foi possível perceber diferentes abordagens que refletem tanto a visão pedagógica das instituições quanto às diferentes formas de inserção da EA em seus currículos. Considerando as categorias de

análise estabelecidas - presença da EA, componentes curriculares, ementas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, articulação com a legislação e perfil do egresso -, observam-se convergências e divergências entre os cursos analisados.

A partir dos documentos analisados, foi possível perceber que a FMP integra a EA de maneira mais explícita e estruturada, articulando-a à organização curricular, às ementas e à extensão. O IFSC também apresenta uma integração significativa, especialmente pela presença da EA em diferentes componentes e pela perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar expressa em seu PPC. Em contraste, na UDESC, a temática aparece principalmente vinculada a disciplinas específicas e ações pontuais, enquanto na UFSC sua presença é mais restrita. Assim, embora as quatro instituições reconheçam a relevância da EA, sua presença nos PPCs varia entre uma organização mais efetiva e transversal, como observada na FMP e no IFSC, e uma inserção mais pontual, como na UDESC e na UFSC.

Esta pesquisa apresenta uma limitação, pois ela não analisou o currículo como um todo, pois esse vai além do documento oficial que define disciplinas e conteúdos, que são os PPCs investigados. Para ampliar a reflexão desta pesquisa e compreender de fato como a EA é desenvolvida nos cursos de Pedagogia analisados, seriam necessárias outras investigações que fossem além dos conteúdos estáticos, mas que conseguissem compreender também questões do currículo relacionadas à construção social, histórica e cultural, além das relações de poder e significados que se transformam continuamente e são construídas nas práticas pedagógicas (Silva, 2005).

O IFSC também oferece uma sólida formação pedagógica, com ênfase na EA, que é abordada de forma interdisciplinar e inclusiva, por tratar-se de um curso Bilíngue, voltado à formação de profissionais também desenvoltos na Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Em seu PPC, a instituição afirma que "a Educação Ambiental de maneira integrada com pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade." (IFSC, 2016, p. 57), alinhando-se com a visão de Reigota (2002) que argumenta que a EA precisa ser capaz de formar sujeitos críticos, capazes de refletir sobre os impactos de suas ações no mundo e na sociedade.

A UDESC, por sua vez, aborda a EA de maneira pontual, oferecendo algumas disciplinas específicas que tratam do tema, mas sem uma integração transversal no currículo. O PPC da UDESC menciona que "a Educação Ambiental visa à conscientização dos alunos sobre a importância de um desenvolvimento sustentável"

(UDESC, 2010), mas essa abordagem não se estende de forma contínua ao longo de todos os componentes curriculares de forma explícita em seu PPC.

Por fim, a UFSC, em seu PPC, apresenta menos menções diretas a questões de EA. Embora o PPC da UFSC também apresente uma sólida formação, ele aborda a temática sem muita ênfase, aparecendo em disciplinas isoladas que tratam do tema ambiental, sem a transposição da EA para a prática pedagógica de forma contínua ou transversal ao currículo. Dessa forma, evidencia-se que a transversalidade da EA não se apresenta de maneira equivalente nos quatro PPCs: enquanto FMP e IFSC apresentam maior aproximação entre o princípio declarado e sua organização curricular, UDESC e UFSC apresentam uma inserção mais localizada. Essa diferença evidencia que a existência de referências à EA no PPC não significa, necessariamente, sua efetiva integração ao currículo.

A diversidade de perspectivas no currículo, como destacam autores como Sacristán (2000) e Freire (1996), é um fator crucial para que a EA seja abordada de maneira ampla e eficaz, englobando não só a teoria, mas também as dimensões práticas e éticas. Portanto, o currículo, com suas múltiplas faces, é um poderoso instrumento de transformação educacional e consequentemente social. Sua estrutura e abordagem influenciam diretamente a formação de educadores mais críticos e politizados, capacitando-os para questionar as realidades ambientais e sociais que os cercam.

Nos PPCs, a EA deve ser integrada de forma sistemática e coerente, promovendo uma educação que prepare os futuros profissionais para agir como agentes de mudança em um mundo cada vez mais desafiado por questões socioambientais, como afirma Reis (2003, p. 5), “preparar os educadores é preparar as novas gerações para agir com responsabilidade e sensibilidade, para recuperar o ambiente saudável no presente e preservá-lo para o futuro”. Assim, ao considerar o currículo como um campo de possibilidades, pode-se assegurar que a EA se torne um elemento central na formação de educadores comprometidos com a construção de uma sociedade mais sustentável e justa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Monica Lopes Folena. **O que fazer da educação ambiental crítico-humanizadora na formação inicial de professores de biologia na universidade**.Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2012. p. 242. Disponível em: RI UFPE: O quefazer da educação ambiental crítico-humanizadora na formação inicial de professores de biologia na universidade. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — Ministério da Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Agenda 21**. Ministério do Meio Ambiente - MMA. 1992. Disponível em: Agenda21.PDF. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: Resoluções CP 2012 — Ministério da Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: L9795. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**.Brasília, 2 jul. 2015. Seção 1, pp. 8-12. Disponível em: Resoluções CP 2015 — Ministério da Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. (2019). **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº 2, de 02 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília. Disponível em: Resoluções CP 2019 — Ministério da Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 maio. 2006. Seção 1, p. 11. Disponível em: Resoluções CP 2006 — Ministério da Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

DANTAS, Cássia Machado Ribeiro, ARAÚJO, Maria Inêz Oliveira. A dimensão ambiental na proposta pedagógico-curricular para a formação de pedagogos e pedagogas. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–18, 2021. DOI: 10.47401/revisea.v8i1.16065. Disponível em: A dimensão ambiental na proposta pedagógico-curricular para a formação de pedagogos e pedagogas | Revista Sergipana de Educação Ambiental. Acesso em: 17 dez. 2024.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas** São Paulo; Gaia; 9 ed., reimpr; 2006. 551 p. Disponível em: Environmental Education: principles and practices | São Paulo; Gaia; 9 ed., reimpr; 2006. 551 p. tab, graf. | LILACS. Acesso em:

FMP - Faculdade Municipal de Palhoça. (2017). *Projeto Pedagógico de Curso: Pedagogia*. Disponível em: PPC 2017-1 – PEDAGOGIA. Acesso em: 17 de nov 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: Pedagogia do Oprimido. Acesso em: 18 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: Pedagogia da Autonomia. Acesso em: 18 set. 2026.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 30. ed. Rio de Janeiro: 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: Política e Educação. Acesso em: 18 set. 2026.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008. Acesso em: 17 dez. 2024.

GUERRA. Antonio Fernando Silveira , FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas**.** In **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR. 2014. n. 3, 2014, p. 109-126. Disponível em: Vista do Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. Acesso em: 27 nov. 2024.

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC 2020.** 2020. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br. Acesso em: 17 nov. 2024.

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico de Curso: Pedagogia Bilíngue**. Palhoça, IFSC, 2016. Disponível em: PALHOÇA_PPC_Pedagogia_Bilingue_PRESENCIAL.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 41 p. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf&sa=D&source=docs&ust=1738615534892074&usg=AOvVaw3RSC2j_Ss8F9bSbtD3Ee6x. Acesso em: 18 fev. 2025.

MOTIN, Sirlene Donaiski, GONÇALVES, Raquel Maistrovicz Tomé, CASSINS, Dircelia Maria Soares de Oliveira, Saheb, Daniele. (2019). Educação ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações. **Investigações em Ensino de Ciências**.Vol. 02, n. 21,pp. 81-102. Disponível em: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: UM MAPEAMENTO DAS PESQUISAS BRASILEIRAS EM TESES E DISSERTAÇÕES | Investigações em Ensino de Ciências. Acesso em: 17 nov. 2024.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. Ed. Brasiliense, 112 p. 1994. Disponível em: O que é educação ambiental - Marcos Reigota - Google Livros. Acesso em: 18 set. 2026.

REIS, Alfredo Morel dos. **A formação do professor e a educação ambiental**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. 2003. Disponível em: A formação do professor e a educação ambiental. | Centro de Documentação em Ensino de Ciências. Acesso em: 18 set. 2026.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p. Disponível em: Caminhos para o desenvolvimento sustentável - Ignacy Sachs - Google Livros. Acesso em: 18 set. 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed,2000, 352 p. Disponível em: O Currículo - 3.ed.: Uma Reflexão sobre a Prática - José Gimeno Sacristán - Google Livros. Acesso em: 18 set. 2026.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos.** Florianópolis: IOESC, 2005. Disponível em: Propostas Curriculares de SC e Currículo Base - SED - Secretaria de Estado da Educação. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, Angélica Niero Mendes dos. **A língua brasileira de sinais na educação de surdos: língua de instrução e disciplina curricular**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2018. Disponível em: A língua brasileira de sinais na educação de surdos: língua de instrução e disciplina curricular. Acesso em: 18 set. 2026.

SARMENTO, Manuel Jacinto. "O Estudo de Caso Etnográfico em Educação" In N. Zago; M. Pinto de Carvalho; R. A. T. Vilela (Org.). **Itinerários de Pesquisa - Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação** (137 - 179). Rio de Janeiro, 2011, Lamparina (2ª edição). Disponível em:CAPÍTULO 6 . Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos e identidade: uma introdução às teorias do currículo. **Autêntica**, Belo Horizonte, 2005, 156 p. Disponível em: 1-Teoria_de_curriculo-O_que_e_isso.pdf. Acesso em: 18 set. 2026.

TEIXEIRA, Lucas André, AGUDO, Marcela De Moraes, TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. (2017). Sustentabilidade ou "terra de ninguém"? – Formação de professores e educação ambiental. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**. Vol. II, n.02,pp. 43-64. Disponível em: (PDF) SUSTENTABILIDADE OU "TERRA DE NINGUÉM"? – Formação de professores e educação ambiental. Acesso em: 15 out. 2024.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos, CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. (2014). Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p.

145–162. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/38112. Acesso em: 25 out. 2024.

TRISTÃO, Martha. Saberes e fazeres da educação ambiental no cotidiano escolar. **Revista brasileira de educação ambiental**. Brasília, v. il, n. 0, p. 47-55, nov. 2004. Disponível em:V.0, N.0 - Edição Impressa | Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA). Acesso em: 27 out. 2024.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Florianópolis: UFSC, 2020. 50 p. Disponível em: http://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2021/03/p37_83_PPC.pdf . Acesso em: 17 de nov 2024.

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. **Projeto Pedagógico de Curso: Pedagogia**. Florianópolis: UDESC, 2010. 80 p. Disponível em: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC. Acesso em: 17 de nov 2024.